

## China, Alemanha, Brasil



Por **BENÍCIO VIERO SCHMIDT\***

*Comentário sobre acontecimentos recentes*

O cenário internacional merece destaque, além das próprias razões intrinsecamente estratégicas, mas também pelo fato de implicar efeitos sobre as possibilidades do Brasil no panorama mundial.

De um lado, a China às voltas com o caso Evergrande, que em primeiro momento atinge um setor responsável por aproximadamente 28% do PIB; mas, ao mesmo tempo, impõe condições sobre a produção de aço para o setor imobiliário afetado, com isso alterando as expectativas de exportação do minério de ferro brasileiro. Importante condição imposta pelas circunstâncias, que afeta o mercado brasileiro como um todo. Nossa dependência da China, principal parceiro econômico, cobra seu preço de instabilidade de preços e incerteza quanto à retomada do crescimento. Aliás, para ilustrar, o crescimento industrial da China neste último mês foi o mais baixo desde 2011.

De outro lado, as eleições parlamentares na Alemanha, com hegemonia socialdemocrata na construção da aliança com os Democratas-Cristãos e os Verdes. Esta aliança corrobora as eleições havidas nos países nórdicos recentemente, onde a socialdemocracia se recuperou de revezes antigos, fortalecendo especialmente suas conexões com ambientalistas de todas as cores. O meio ambiente deve ser o eixo da relação entre Alemanha e Brasil, mais do que nunca. É por parte da Alemanha que, mais fortemente, a Europa critica a política (falta de) ambiental do Brasil bolsonarista. Esta postura vem, na verdade, desde a realização Conferência Rio-92. O então chanceler alemão, Helmut Kohl, em reunião do G-7, sugeriu o lançamento de um programa de proteção às florestas do Brasil, tendo sido proposto o PPG-7 (Programa Piloto para a Proteção das Florestas Brasileiras). É portanto uma política relativamente antiga, que assume maiores possibilidades de pressão sobre as autoridades brasileiras, agora e no futuro imediato. Nos primeiros anos, com apoio em comunidades indígenas, ONGs, instituições do sistema nacional de meio ambiente e com cobertura do Banco Mundial, houve 26 projetos envolvendo US\$ 460 milhões de dólares. O atual governo, na administração Ricardo Salles, desmobilizou o Fundo Amazônia, que tem a Alemanha e a Noruega como grandes contribuintes. Agora, com aliança com os Verdes alemães, as pressões devem trazer novos e pertinentes incômodos à política ambiental brasileira.

No plano interno a reforma administrativa, devido aos impasses frente às remunerações e prebendas do poder judiciário, é postergada. A pressão dos servidores públicos, por meio de suas entidades representativas, também tem sido decisiva no adiamento do que se avizinha como um ataque frontal à estabilidade dos funcionários públicos em geral; bem como uma estratégia de terceirização de funções públicas para organizações sociais e empresas privadas. A iminência de eleições em 2022 serve de freio às maiores investidas, apesar de sua aparente inexorabilidade legislativa/

A PEC dos Precatórios continua nas Câmaras de conversação entre o Ministério de Economia e os dirigentes do Congresso Nacional. A resolução do impasse afetará a possibilidade de um "Auxílio Brasil" mais vigoroso do que a atual Bolsa Família. O teto dos gastos é o grande óbice à liberação de recursos que favorecem as políticas clientelistas de Bolsonaro.

Na perspectiva eleitoral, destaque-se a pesquisa do IESPE, confirmando o favoritismo de Lula, em qualquer cenário; bem como a desaprovação do governo federal em 51% dos entrevistados de todas as classes. No mais, vai ser consolidada a fusão entre o DEM e o PSL, no que resultará na sigla UNIÃO BRASIL, que será o maior partido de direita no Congresso Nacional. Anima-os, especificamente, a possibilidade do lançamento de nome apto a quebrar a monotonia Lula-Bolsonaro nas eleições presidenciais. Uma incógnita, que depende de muitos fatores e articulações.

Para ilustrar o desalento com as possibilidades do crescimento econômico do país por parte da população, destaque-se o fato do governo dos Estados Unidos aumentar para três o número semanal de voos com repatriados brasileiros.

A CPI- COVID no Senado prossegue, colecionando provas do comportamento criminoso de autoridades, lobistas e setores médicos no tratamento de pacientes “experimentais” com COVID. Até o encerramento da Comissão (20 de outubro) esperam-se encaminhamentos ao Ministério Público que indiciem e culpem em responsáveis.

**\*Benicio Viero Schmidt** é professor aposentado de sociologia na UnB e consultor da Empower Consult. Autor, entre outros livros, de O Estado e a política urbana no Brasil (LP&M).

A Terra é Redonda